

O Impacto das Condições Ambientais no Desenvolvimento Moral da Criança: fundamentos da educação axiológica e emancipadora

Manuel João Mungulume
Alonso Bezerra de Carvalho

Como citar: MUNGULUME, Manuel João; CARVALHO, Alonso Bezerra de. O Impacto das Condições Ambientais no Desenvolvimento Moral da Criança: fundamentos da educação axiológica e emancipadora. *In*: SILVA, Matheus Estevão Ferreira da; MARTINS, Raul, Aragão (org.). **A formação ética, moral e em valores na pesquisa em educação**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 69-90. DOI: <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-317-5.p69-90>



O Impacto das Condições Ambientais no Desenvolvimento Moral da Criança: fundamentos da educação axiológica e emancipadora

Manuel João MUNGULUME¹

Alonso Bezerra de CARVALHO²

Introdução

A missão da Educação é transmitir não o mero saber, mas uma cultura que permita compreender nossa condição e nos ajude a viver, e que favoreça, ao mesmo tempo, um modo de pensar aberto e livre (MORIN, 2003, p. 10-11).

Este capítulo tem como objetivo principal de discutir o contexto social da criança e suas implicações na aprendizagem. Pretende ainda discutir como as condições, o ambiente e o contexto social ditam o seu modo de desenvolvimento moral e a construção de valores. Partindo do princípio de que a educação moral deve contribuir para a formação da consciência ética, crítica, interventiva e sobretudo emancipe o ser social da criança. Assim, a prática da educação axiológica e emancipadora são

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus de Marília, São Paulo, Brasil. E-mail: mjmungulume@gmail.com

² Professor Associado junto ao Departamento de Didática e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus de Marília, São Paulo, Brasil. E-mail: alonso.carvalho@unesp.br

<https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-317-5.p69-90>

categorias que ajudam os alunos a construírem a sua autonomia como produto da relação permeada por valores, princípios de uma boa convivência social e cultural.

Assim, nesta reflexão, a educação emancipatória se apresenta como um dos principais fundamentos para garantir as condições mínimas de integração do indivíduo à sociedade e possibilita o desenvolvimento da autonomia moral. A pesquisa se utiliza de aspectos teóricos e práticos para contribuir com a pedagogia da autonomia moral, como categoria ética que ajuda os alunos de modo a construírem a sua própria personalidade.

Trata-se, sem dúvida, de problematizar e refletir sobre o sentido de uma formação moral e analisar o impacto das condições sociais e suas implicações na aprendizagem. Vivemos num contexto educacional em que muito se fala sobre a aprendizagem significativa, que desenvolva a autonomia dos alunos. Essa por sua vez exige dos educadores antes de tudo que reconheçam as condições socioculturais e históricas da criança, suas vivências e experiências pois só assim o educador pode atingir as dimensões específicas de cada aluno e assim possibilitar mecanismos de construção de um conhecimento. Não é uma tarefa fácil. O educador deve ser criativo e sociável para compreender um pouco mais sobre a dinâmica emocional e afetiva das crianças.

Daí que, está reflexão traz algumas abordagens teóricas e práticas para fundamentar as implicações éticas e pedagógicas na formação humana. Uma das questões que orienta o estudo, é como as condições ou o ambiente influenciam no desenvolvimento moral da criança e impacta na construção de valores? Estes questionamentos oferecem reflexões fundamentais que permitem uma educação que valoriza a criança como sujeito ativo no processo de ensino e aprendizagem, à medida que, oferecem as diretrizes para que o educador valorize as experiências que a criança traz da sua concepção social e cultural.

Portanto, vivemos numa época em que não se questiona mais se a criança é centro do processo de ensino-aprendizagem, mas sim, como torná-la centro da ação educativa? Nesse questionamento entra o desdobramento da educação axiológica, emancipatória e afetiva como categorias que buscam o desenvolvimento por meio das interações afetivas, pois o ensino não começa na sala de aula, mas a partir das vivências e das experiências que a criança traz dentro do seu contexto social. Compreender esses contextos tornou-se tão importante para fazer face as complexidades conflituosas da relação professor-aluno na sala de aula.

A práxis educativa vem enfrentando vários desafios e complexidades ao longo da sua evolução, contudo a área da percepção do desenvolvimento moral do ser humano é uma categoria que fortalece e orienta o sentido da escola e da aprendizagem e assim melhorar a convivência educativa entre professor-aluno, aluno-professor. Graças aos estudos do desenvolvimento moral que se compreende a importância da afetividade para o desenvolvimento cognitivo da criança. Assim, este artigo pretende explorar e analisar a dinâmica do contexto social da criança e suas implicações na aprendizagem e como estes fatores influenciam na construção da sua autonomia.

Neste sentido, o papel dos educadores torna-se essencial ao conhecer os diferentes ambientes em que suas crianças interagem culturalmente e assim compreender seu comportamento, suas ações e reações, e manifestações na relação com o ambiente. Para tanto, o estudo far-se-á por uma abordagem teórica e prática para que contribuam com as categorias de uma educação axiológica, emancipatória e afetiva que compreendem os fatores sociais como elementos da formação e da construção humana.

O Caráter Social da Escola na Construção de Autonomia Moral da Criança

A escola é um espaço essencial para o desenvolvimento cultural da criança, e esta por sua vez, não deve ser vista apenas enquanto sujeito na escola, mas sim como um sujeito na sociedade, levando em conta sua intervenção social enquanto sujeito ativo na esfera social e política. Dai que questionarmos se a práxis educativa ensina para que os alunos desenvolvam a autonomia? A autonomia é ensinada ou adquirida, ou seja, podemos ensinar a autonomia ou ela é adquirida ao longo da vida, com o tempo e experiência? Portanto, defendemos uma práxis educativa que desenvolva uma pedagogia da autonomia moral, uma vez que toda educação transmite sempre um ideal de valor, ou seja, todo ato educativo vincula e transmite um certo valor e a autonomia não é um conceito dissociado com o desenvolvimento moral e ético da criança.

A autonomia é o primeiro elemento de compreensão do significado de “sujeito” como complexo individual. Segundo Pacheco (2012), a autonomia exprime-se como produto da relação. Não existe autonomia no isolamento, mas na relação com o outro. É, essencialmente, com os pais e os professores que a criança encontra os limites de um controle que lhe permite progredir numa autonomia, que é liberdade de experiência e de expressão dentro de um sistema de relações e de trocas sociais (PACHECO, 2012).

Nas ações pedagógicas precisamos ter clareza do que entendemos por autonomia para não correr o risco de formar seres humanos aversivos as regras. Portanto, o que muitas vezes se denomina de autonomia é anomia, pois anomia trata-se de uma condição do ser humano que ainda não considera as regras da boa convivência social pois é guiado pela força egocêntrica; o prefixo, a + nomia (significa aversão às regras/ ou não

considera as regras). Enquanto que o indivíduo autônomo internaliza as regras e considera as relações de cooperação e interação social. A autonomia é inseparável dessa dependência, como afirma Morin (2003, p. 118),

[...] autonomia não é uma liberdade absoluta, emancipada de qualquer dependência, mas uma autonomia que depende de seu meio ambiente, seja ele biológico, cultural ou social. A autonomia não é possível em termos absolutos, mas em termos relacionais e relativos.

Assim, o sujeito autônomo é um ser ativo socialmente. Portanto, colocar o aluno no centro do processo de ensino é afirmar que ele seja capaz de construir autoconhecimento, e este seja responsável e protagonista em atribuir significado ao próprio conhecimento. Neste teor o aluno deixa de ser mero sujeito passivo no processo, e nesta fase a criança começa a desenvolver autonomia surpreendente. Como afirma, Bock (2001, p. 137),

A criança adquire uma autonomia crescente em relação ao adulto, passando a organizar seus próprios valores morais. Os novos sentimentos morais, característicos deste período, são: o respeito mútuo, a honestidade, o companheirismo e a justiça, que considera a intenção na ação. Por exemplo, se a criança quebra o vaso da mãe, ela acha que não deve ser punida se isto ocorreu acidentalmente. O grupo de colegas satisfaz, progressivamente, as necessidades de segurança e afeto.

Neste estágio o que a criança está desenvolvendo é o que Piaget denomina de anomia, que é uma obediência das regras seguidas pelo hábito ou imitação, e não por uma consciência própria, ou seja, trata-se de um tempo de experimentação com possíveis identidades sociais, de crítica do existente, de sonho e de preparação. No meio de tudo isso, surge outra inquietação, porque a escola deve desenvolver uma pedagogia da

autonomia moral? A educação deve pautar por modelo de aprendizagem que estimule o sentido da recriação na criança; troca de saberes que possibilita aos alunos desenvolverem capacidades que ajuda na intervenção para a transformação da própria realidade cultural e social, isto é, para Morin, o conceito da autonomia toma um sentido mais complexo, pois segundo ele autonomia é,

[...] a capacidade de distinção entre as coisas e causas. Isto é, é preciso aprender a conhecer, ou seja, a separar e unir, analisar e sintetizar, ao mesmo tempo. Portanto, é preciso instruir sobre a autonomia que lhe permite executar a missão de ajudar os cidadãos a viverem seu destino, defender, e promover o mundo social, político e que defenda os valores intrínsecos à cultura (MORIN, 2003, p. 76).

Partindo destes pressupostos, Morin (2003), define autonomia a partir da tríade de finalismo ético, (indivíduo/sociedade/espécie), que segundo ele, a complexidade humana não poderia ser compreendida dissociada destes elementos que a constituem, isto é, “todo desenvolvimento verdadeiramente humano encontra sentido no conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer à espécie humana” (MORIN, 2000, p. 55).

Assim, a educação deve conduzir à “antropo-ética”, levando em conta o caráter social e moral da condição humana. Contudo, a ética não poderia ser ensinada por meio de lições de moral, porque, em cada indivíduo, entrelaçam-se de modo particular uma série de relações sociais, e a própria maneira de afirmar a sua própria personalidade, Vásquez (2018), afirma que,

[...] em cada época e cada sociedade, a sua individualidade tem caráter social. A uma série de padrões que, em cada sociedade, modelam o

comportamento individual: seu modo de trabalhar, de sentir, de amar, etc. variam de uma sociedade para outra e, por isso, não tem sentido falar de uma individualidade radical fora das relações que os indivíduos contraem na sociedade (VÁSQUEZ, 2018, p. 67).

Assim, não tem cabimento substantivar a sociedade, ignorando que esta não existe sem os indivíduos concretos; e também não se pode fazer do indivíduo um absoluto, ignorando que por essência é um ser social. Neste sentido, a educação deve ensinar as potencialidades da autonomia existentes no interior da criança através de estímulos e curiosidades que elas mesmas perguntam, ou seja, fazer o uso das estratégias pedagógicas que estimulam autonomia na sala de aula através dos conteúdos que saem a partir das manifestações delas, isto é, pensar os conteúdos a partir das suas próprias curiosidades.

A educação é um ato cultural que exprime as memórias do mundo. A construção da autonomia moral na educação gera o sentido pedagógico de respeito, democracia e solidariedade construída através da cooperação e da interação entre os pares. Portanto, existe diferença entre ensinar operações e ensinar autonomia. Existe uma pedagogia que ensina autonomia. Penso que não, mas trata-se de um exercício possível de ser criado e construído conjuntamente, e a sala de aula é um espaço privilegiado para este exercício.

Formar para a construção da autonomia moral deve ser a base para formar mentes conscientes e interventivas. Considerando a tríplice dimensão humana, assim, a práxis educativa deve formar mentes com base na consciência de que o humano é, ao mesmo tempo, indivíduo, parte da sociedade, parte da espécie que carrega esta tripla realidade dentro de si. Desse modo, segundo Morin (2003), todo desenvolvimento verdadeiramente humano deve compreender o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e da

consciência de pertencer à espécie humana. (MORIN, 2000, p. 17). Esta ideia é de igual modo compartilhado por Vásquez, quando afirma que,

[...] a moral, como forma de comportamento humano, possui também um caráter social, pois é características de um ser que, inclusive no comportamento individual comporta-se como um ser social, em que se revela esta sociedade (VÁSQUEZ, 2018, p. 67).

A pedagogia da autonomia moral oferece um novo olhar sobre a criança, colocando-o como sujeito ativo e interventivo na sociedade, dando-lhe um espaço de ação no espectro sociocultural. Só assim, estaremos educando para a compreensão da condição humana. Como apontou Morin (2003), educar é uma missão propriamente espiritual e ensinar a compreensão entre as pessoas como condição e garantia da solidariedade intelectual e moral da humanidade. Assim, o processo formativo estará contribuindo não somente para a tomada de consciência social, mas também para tornar criativos, para a intervenção social.

As Implicações Éticas e Pedagógicas na Formação Humana

Muitas vezes confunde-se a ideia de formação ética com o adestramento. O adestramento trata-se de uma técnica aplicada a domesticação dos animais, e estendida as crianças, em quem os adultos exercem sobre elas. E muitas vezes por métodos acompanhados mediante ameaça ou mediante recompensa. Em tudo isso que tipo de formação humana a práxis educativa exerce? Ou seja, qual a parte do adestramento ou instrução? Recorrendo ao exemplo de Reboul (1988, p. 15),

Quando se adentra um cão, ou um cavalo, não é, absolutamente, para instruí-lo, mas para leva-lo a adquirir tal conduta útil ao dono, e que

em nada significa seu desenvolvimento próprio; o cão adestrado não é um cão mais desenvolvido.

As condições naturais da criança ou do animal seria de aprender naturalmente pela imitação ao meio pelo qual está inserida. Daí que a instrução é muito mais positiva do que o adestramento. A lei da aprendizagem é acompanhada pelos erros e acertos enquanto que no adestramento espera-se um acerto forçado. Mas na verdade, o que distingue a aprendizagem do adestramento?

Segundo Reoul (1988), aprendizagem é acompanhada por iniciativa, a motivação interna do indivíduo para aprender; enquanto que o adestramento segue as normas externas, ou seja, por um lado o cálculo mental é espontâneo e por outro é forçado.

A formação ética na criança seria semear nela as virtudes através da imitação de bons atos dos adultos. Assim, a criança adquire e forma bons hábitos. O papel da educação axiológica é de formar a criança, com meios estéticos, para amar o bem e odiar o mal. Neste sentido para Reoul (1988), o ensino toma o sentido próprio do termo, como a forma mais humana da instrução que comporta a parte importante de aprendizagem e de iniciação. E isso segundo o autor ocorre bem antes de que seja capaz de raciocinar e de compreender.

O modelo da formação ética é peculiar aos seres humanos, daí que, o desenvolvimento moral se configura como um fundamento ontológico dos seres humanos. Assim, o comportamento de adulto se estabelece como bases fundacionais, ou seja, o comportamento de adulto é essencial para abrir, fomentar e estimular o ser moral da criança. O adulto é assim a fonte de toda moralidade e de toda verdade, isso/que se constata comumente na fase da anomia. Portanto, do ponto de vista moral, existe um perigo do verbalismo da submissão intelectual que segundo Piaget (1985, p. 182),

[...] corresponde uma espécie de realismo moral: o bem e o mal são simplesmente concebidos como sendo o que está ou não está em conformidade com a regra adulta. Essa moral essencialmente heterônoma da obediência leva a todas as espécies de deformações. Incapazes de propiciar à criança a autonomia da consciência pessoal que constitui a moral do bem por oposição àquela o puro dever, ela fracassa assim em preparar a criança para os valores essenciais da sociedade contemporânea.

Para a formação humana, a nova pedagogia deve propor e estimular autonomia moral para suprir as insuficiências da imitação, baseada na vida social das próprias crianças. Esta é a razão pela qual a educação moderna quer que se trate a criança como sujeito autônomo e que este, por sua vez, esteja no centro do processo de ensino e aprendizagem, do ponto de vista das condições funcionais de seu trabalho; também exige que se considere sua mentalidade do ponto de vista estrutural. A educação tradicional não considerava a originalidade notável da criança, tratava-a como um pequeno adulto, um ser que raciocina e pensa como nós, mas desprovido de conhecimentos e de experiência. Tratava a criança, como um adulto ignorante, e que a tarefa do educador não era tanto a de formar o pensamento, mas sim de equipá-lo; as matérias fornecidas de fora eram consideradas suficientes ao exercício. Piaget via isso como um problema e descreve da seguinte maneira:

O problema é todo outro quando se parte da hipótese das variações estruturais. Se o pensamento da criança é qualitativamente diferente do nosso, o objetivo principal da educação é compor a razão intelectual e moral da criança como sujeito moral e ativo; como não se pode moldá-la de fora, a questão é encontrar o meio e os métodos convenientes para ajudar a criança a constituí-la ela mesma, isto é,

alcançar no plano intelectual a coerência e a objetividade e no plano moral a reciprocidade (PIAGET, 1985, p. 163).

É nesta ordem de ideia que o professor, Ruben Alves questiona os novos métodos de educação que se definem pelos métodos de avaliar a aprendizagem e, a partir dos seus resultados, e que classificam os alunos, mas não avalia a alegria dos estudantes. Assim, propõe uma educação que estimule alegria e prazer dos estudantes, porque a alegria é uma condição interior, uma experiência de riqueza e de liberdade de pensamentos e sentimentos. Portanto, a educação, fascinada pelo conhecimento do mundo, esqueceu-se de que sua vocação é despertar o potencial único que jaz adormecido em cada estudante (ALVES, 1994).

Tudo isso só pode ser alcançado por uma educação emancipadora que vislumbre os fundamentos éticos da moral, pois é através destes que se estabelece a preparação dos sujeitos éticos, críticos e interventivos. Vivemos numa época em que se exige da educação que não apenas prime pelo mero saber, mas que evidencie os valores e princípios de emancipação democrática. O desenvolvimento das complexidades políticas, econômicas e sociais nutre os avanços da individualidade. Assim, se afirmam os direitos e adquire liberdades existenciais. (MORIN, 2000).

Desta forma, a educação é um apelo à emancipação das atividades do aluno para o estímulo e criação de autoconhecimento. A educação escolar mais do que à sua docilidade, é a sua reação na aprendizagem prática do aluno, isto é, a reação da educação escolar deveria, portanto, utilizar-se do mecanismo da criação do conhecimento moral para potencializar a sua formação, pois, a escola é um espaço privilegiado de convivência e de desenvolvimento moral e cultural e assim, evitar as limitações nocivas que impedem o seu desenvolvimento intelectual e cultural.

O Contexto Social da Criança e sua Influência no Desenvolvimento Moral e a da Aprendizagem

O fator social intervém no plano da educação intelectual tanto quanto no domínio da moral. O espírito da escola ativa inspira as potencialidades pré-existentes nas crianças, daí que as metodologias e as estratégias educativas devem possibilitar uma construção de uma pedagogia científica e psicologia que estimule o desenvolvimento mental e autônoma das crianças. Portanto, o contexto social e histórico muitas vezes é relacionado como fatores que influenciam o desenvolvimento e a aprendizagem da criança. Portanto, o conjunto das condições sociais e ambientais determinam a qualidade de vida do indivíduo.

É neste sentido que a nossa reflexão procura analisar e entender o contexto social da criança e suas implicações na aprendizagem. Muitas vezes a condição social da criança contribui para o seu fracasso ou insucesso do indivíduo em todas as áreas; isto é, o contexto social afeta sobremaneira o acesso a elevado senso cultural. Analisemos dois aspectos práticos de duas crianças que cresceram em contextos diferentes e que obtiveram os resultados semelhantes do ponto de vista intelectual, social e cultural.

Anabela e Paulo³ foram duas crianças que desde cedo perderam os seus pais. Cresceram num contexto social paupérrimo, sem ambiente ou condições básicas e necessárias para usufruírem das brincadeiras da infância que poderiam estimular o desenvolvimento das suas capacidades mentais, intelectuais e morais. Cresceram num ambiente que impossibilitava desenvolver as suas capacidades motoras e cognitivas. Anabela passou uma boa parte da sua infância com a avó, e mais tarde teve auxílio das irmãs

³ Anabela e Paulo, Trata-se de história baseado em fatos reais, mas mudou-se os nomes para preservar a integridade das crianças. Portanto, este exemplo foi colocado não como uma fórmula exclusiva para emancipar a condição social dos alunos, mas como política importante para ser pensada numa sociedade onde cresce exponencialmente as desigualdades sociais.

que atuavam como missionárias evangélicas na sua comunidade. Paulo, por sua vez também foi adotado num orfanato dos padres da igreja católica. Nessa ilustração prática queremos chegar a uma pergunta clássica: *será que o nascimento e as condições da criança influenciam no seu desenvolvimento? E se influencia, como e de que maneira isso tem implicações em sua aprendizagem e na sua formação?*

Ora vejamos, após as crianças serem adotadas para uma formação educacional desenvolveram os seus sonhos e ingressaram para o ensino superior, e que mais tarde Anabela se tornou uma médica de referência na sua comunidade, onde ajuda muitas pessoas. Enquanto que, Paulo, depois da sua formação no ensino médio ingressou num seminário católico e hoje é um padre que desempenha um papel importante onde vive. Estes dois exemplos foram trazidos na discussão para refletirmos sobre a importância das políticas de acesso à educação para todos, ou seja, o que seriam das vidas de Anabela e de Paulo se não fosse o acolhimento das duas instâncias religiosas, que os possibilitou acesso à educação sistemática.

Embora, essa não seja a única fórmula de emancipação da criança, podemos destacar as políticas da educação emancipatória como esperança no mundo, onde cresce a desigualdade social. Pensar a educação como instrumento que possibilita resgatar sonhos perdidos, pois fora dela, a sociedade se encontra cada vez mais vulnerável e cada vez mais se intensifica a precarização das crianças sem acesso à educação. A falta de condições sociais e de convivência cultural inibem a autonomia da mente e impedem o desenvolvimento moral e intelectual da criança. De igual modo que a falta de políticas de emancipação educacional coloca em risco os resultados de uma formação integral, cultural e intelectual.

Portanto, é a partir destas concepções, em que Vygotsky construiu o conceito de zona de desenvolvimento proximal, referindo-se às

potencialidades da criança que podem ser desenvolvidas a partir do ensino sistemático. Ou seja,

A zona de desenvolvimento proximal é a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas pela criança, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado pela solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros. Este conceito é importante porque nos possibilita delinear o futuro imediato da criança e seu estado dinâmico de desenvolvimento (BOCK, 2001, p. 124).

Portanto, as propriedades com o desenvolvimento do “corpo-mente” são gravemente afetadas pelos fatores ambientais, caso as condições não ofereçam cuidados necessários. Conforme relatado por Bock (2001) o caso de duas crianças,

[...] uma criança pode nascer com muita saúde e ter possibilidades de bom desenvolvimento físico; no entanto, se for sub- alimentada durante vários anos, é provável que apresente um desenvolvimento físico pior do que uma criança que nasceu mais fraca, mas teve melhores condições de alimentação e higiene. Está claro que, nos casos extremos, essas diferenças de ambiente não chegam a eliminar as diferenças de constituição (BOCK, 2001, p. 238).

Na mesma vertente Bock, relata o segundo exemplo, destacando que,

[...] se uma criança nasce com graves defeitos físicos, pode continuar deficiente, apesar de condições muito favoráveis para seu desenvolvimento. Não existe razão para que o mesmo não ocorra com o desenvolvimento da inteligência [...] concluindo, pode-se dizer que

o Q.I. tende a ser estável quando as condições de desenvolvimento da criança também o são: se tais condições se modificarem para melhor ou pior, o mesmo acontecerá com o Q.I. (BOCK, 2001, p. 238).

Estes dois casos ilustram nitidamente de como os fatores externos afetam o desenvolvimento moral e intelectual da criança. Daí que os mecanismos de desenvolvimento são dependentes de condições sociais, culturais e ambientais. Portanto, as boas condições sociais fornecem a base para o desenvolvimento de processos internos altamente complexos no pensamento da criança. Assim, a cultura da escola exerce um papel fundamental para que haja um progresso de desenvolvimento intelectual e moral da criança, o dever principal da educação é de abrir caminhos emancipatórios na qual se apresenta os principais fundamentos para garantir as condições mínimas de integração do indivíduo na sociedade. Portanto, a aprendizagem é a conexão entre o estímulo e a resposta. Assim, o processo educacional se torna elemento chave para tirar o indivíduo da sua minoridade para a maioridade, que é um estado autônomo de esclarecimento baseado no uso próprio da razão sem que dependa de outrem. (KANT, 1985).

O estado de menoridade é auto-inculpável quando sua causa não é a falta de entendimento, mas a falta de decisão e de coragem de servir-se do entendimento sem a orientação de outrem. "Esclarecimento é a saída dos homens de sua auto-inculpável menoridade". A democracia repousa na formação da vontade de cada um em particular, tal como ela se sintetiza na instituição das eleições representativas. Para evitar um resultado irracional é preciso pressupor a aptidão e a coragem de cada um em se servir de seu próprio entendimento (ADORNO, 2020). Não se pode falar de uma democracia efetiva enquanto existir crianças abandonadas e sem acesso a uma formação básica; educação para a consciência e para a

racionalidade. O lugar influencia no desenvolvimento do sujeito, ou seja, a pessoa vai mudando com o lugar. Mas se a pessoa assume isto, então a aprendizagem tem a ver com viver esse domínio.

Para Bock (2001) o ato de aprender é um processo que se dá no decorrer da vida, permitindo-nos adquirir algo novo em qualquer idade. Esta ideia é de igual modo compartilhado por Maturana, ao conceber a aprendizagem com o modo de vida. A palavra aprendizagem vem de apreender, que quer dizer, pegar, ou captar algo. No entanto, a aprendizagem não é a captação de nada: é o transformar-se em um meio particular de interações recorrentes (MATURANA, 2001, p. 102).

Por isso que defendemos nessa discussão a valorização do contexto social e cultural da criança, considerando que todos estes fatores influenciam e moldam o desenvolvimento moral e cognitivo dela. Bock entende a aprendizagem, como,

[...] um elemento que provém de uma comunicação com o mundo e se acumula sob a forma de uma riqueza de conteúdos cognitivos. É o processo de organização de informações e integração do material pela estrutura cognitiva. O indivíduo adquire, assim, um número crescente de novas ações como forma de inserção em seu meio (BOCK, *apud* MASINI, 2001, p. 151).

Enquanto que para Vygotsky, a aprendizagem sempre inclui relações entre as pessoas, tal relação do indivíduo com o mundo está sempre mediada pelo outro. Não há como aprender e apreender o mundo, se não tivermos o outro, aquele que nos fornece os significados que permitem pensar o mundo à nossa volta.⁴ Assim, Vygotsky insistia na

⁴ A interação entre aprendizagem e o desenvolvimento é um processo que se dá de fora para dentro, ou seja, é no processo de ensino-aprendizagem que ocorre a apropriação da cultura e o consequente desenvolvimento do indivíduo. Neste sentido a escola desempenha um papel privilegiado para que

importância de uma Educação que pensa o desenvolvimento da criança de forma prospectiva e não retrospectiva, como era feito. Portanto, segundo ele Vygotsky, a escola deveria inverter esse raciocínio e pensar o ensino das possibilidades que o aprendizado já obtido traz, ou seja, no entender deste autor, o bom ensino é aquele que se volta para as funções psicológicas emergentes, potenciais, e pode ser facilmente estimulado pela convivência com os colegas (BOCK, 2001).

Neste sentido, a aprendizagem é um processo essencialmente social, que ocorre na interação com os adultos e os colegas. O desenvolvimento é resultado desse processo, e a escola, o lugar privilegiado para essa estimulação. A Educação passa, então, a ser vista como processo social sistemático de construção da humanidade. A partir destas concepções de Vygotsky, a escola torna-se um novo lugar – um espaço que deve privilegiar o contato social entre seus membros e torná-los mediadores da cultura. Alunos e professores devem ser considerados parceiros nesta tarefa da emancipação social e axiológica da criança, visto que aprender é estar com o outro, que é mediador da cultura. Pois, a

[...] aprendizagem da criança inicia-se muito antes de sua entrada na escola, isto porque desde o primeiro dia de vida, ela já está exposta aos elementos da cultura e à presença do outro, que se torna o mediador entre ela e a cultura. A criança vai aprendendo a falar e a gesticular, a nomear objetos, a adquirir informações a respeito do mundo que a rodeia, a manusear objetos da cultura; ela vai se comportando de acordo com as necessidades e as possibilidades. Em todas essas atividades está o “outro”. Parceiro de todas as horas, é ele que lhe diz o nome das coisas, a forma certa de se comportar; é ele que lhe explica o mundo, que lhe responde aos “porquês”, enfim, é o seu grande

forme este tipo de desenvolvimento, ou seja, a escola oferece um ritmo acelerado no ambiente de aprendizagem, isto é, o professor e os colegas formam um conjunto de mediação sociocultural que possibilita um grande avanço no desenvolvimento da criança (VYGOTSKY, 1991, p. 53).

intérprete do mundo. São esses elementos apropriados do mundo exterior que possibilitam o desenvolvimento do organismo e a aquisição das capacidades superiores que caracterizam o psiquismo humano (BOCK, 2001, p. 124).

Assim, a escola é o lugar de construção humana, pois, acreditando-se que somente o aperfeiçoamento do cérebro não seria suficiente para propiciar o surgimento da consciência humana, ou melhor, que esse aperfeiçoamento não teria lugar, se não houvessem condições externas ao homem que o estimulassem. Essas condições externas estão hoje pensadas como o trabalho, a vida social e a linguagem. A consciência, como produto subjetivo, como apropriação pelo homem do mundo objetivo, produz-se em um processo ativo, que tem como base a atividade sobre o mundo, a linguagem e as relações sociais.

O estado ou a sociedade no geral deve proporcionar políticas de acolhimento e que garanta as condições básicas, que permitam a continuidade da própria sociedade. Estamos falando, portanto, das condições (de alimentação, de educação, de lazer, de participação na vida social etc.) que permitem a um conjunto social produzir e reproduzir-se de modo saudável, pessoal e social, ao transformar as condições opressivas do seu contexto. Refletindo em termos práticos, o que seria a vida de Anabela e de Paulo se não fosse o gesto das religiões que os integrou na formação. Talvez seria mais vidas perdidas na rua e sem possibilidades de contribuir positivamente na sociedade. É nesta perspectiva que Bock, afirma as relações humanas como necessária para construir uma sociedade para a vida, onde a consciência social reflete o mundo objetivo, e:

[...] é a construção, no nível subjetivo, da realidade objetiva. Sua formação se deve ao trabalho e às relações sociais surgidas entre os homens no decorrer da produção dos meios necessários para a vida.

Este fator fundamental, a consciência, separa o homem dos outros animais e é o que lhe dá condições de avaliar o mundo que o cerca e a si mesmo (BOCK, 2001, p. 254).

A emancipação das condições educacionais e materiais constitui elementos básicos para o desenvolvimento moral da criança. A função social de uma educação axiológica, permite que o cidadão da polis formule uma análise crítica sobre a formação social e lhe permite questionar a sua condição existencial. O essencial é pensar a sociedade e a educação em seu devir. Só assim seria possível fixar alternativas históricas tendo como base a emancipação de todos no sentido de se tornarem sujeitos refletidos da história, aptos a interromper a barbárie e realizar o conteúdo positivo, emancipatório, do movimento de ilustração da razão. A práxis educativa que não assegura o direito da educação para todos conforme propostos pela declaração universal, e que garanta de forma efetiva uma aprendizagem significativa, oferecendo condições para o desenvolvimento humano; tal educação seria, impotente e ideológica pois ignora os objetivos de adaptação e não preparasse os homens para se orientarem no mundo (ADORNO, 2020).

Por fim, para o desenvolvimento completo e harmonioso da criança precisa de uma sociedade que compreenda as suas dimensões afetivas e a limitação dela. A escola além de ser um ambiente de socialização também é um ambiente de afeto e de segurança moral e material. À sociedade, o estado e a escola que não abre espaço para abranger as crianças dentro dela é autoritária e descuida dos sonhos que poderiam contribuir para uma sociedade justa, harmônica e feliz.

Considerações Finais

A educação é um instrumento que oferece aos cidadãos valores, que se dimensiona por desenvolvimento moral do indivíduo. Daí que esta reflexão buscou fazer uma articulação entre as categorias da educação axiológica e emancipatória, buscando deste modo, situar o sujeito na polis enquanto sujeito moral. Para tanto, o trabalho considera e destaca as condições sociais como fatores que podem emancipar ou fragmentar o desenvolvimento moral e intelectual da criança.

Constata-se ao longo das discussões deste trabalho de que os conhecimentos originados nas experiências e vivências de cada aluno, têm grande impacto na vida e no desenvolvimento do seu personalismo ético, ou seja, uma criança esquecida e sem nenhum afeto ou cuidado amoroso ou mesmo abandonada, obviamente enfrentará sérias dificuldades para ascender a um desenvolvimento cultural ou social. O contexto sociocultural é um fator *sine qua non* no desempenho e na organização das estruturas cognitivas dos alunos, assim, a aprendizagem deve compartilhar os elementos da socialização dos alunos.

O exercício de acompanhamento do desenvolvimento moral da criança é muito importante para compreender e estabelecer relações que favoreçam uma boa relação professor aluno e que ao mesmo tempo, suscite um modo de pensar aberto e livre. A educação moral se configura, como uma totalidade aberta para compreender a condição humana, tanto nas suas dimensões singulares como coletivas e assim, aprofundar a visão do ser humano enquanto um ser moral e agente na sociedade.

A categoria da moral no contexto escolar traz à luz, a missão ética e seu compromisso com uma educação integral e de qualidade, que procura compreender e desenvolver as características cerebrais, mentais e culturais sobre as manifestações humanas, de seus processos e modalidades, das

disposições tanto bio-psíquicas-sociais. Deste modo, a dimensão moral é um objeto essencial de todo o processo de ensino-aprendizagem. Uma vez que compreender o ser moral é a base para reconhecer a unidade e a complexidade humanas, e trabalhando-as essas complexidades para a formação singular, holística e integral.

Por fim as abordagens de uma educação axiológica, emancipatória e afetiva oferecem pressupostos que permitem assegurar a formação humanística e o desenvolvimento de um ser humano autônomo, contribuindo assim para uma aprendizagem significativa que compreende as dimensões específicas de cada criança. Portanto, a missão da educação deve, antes de tudo, provocar, despertar a autonomia do espírito.

Referências

ADORNO, W. T. **Educação e emancipação**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2020.

ALVES, R. **A alegria de ensinar**. 3. ed. Editora ARS Petica, 1994.

BOCK, A. M. B. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. 13. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2001.

KANT, I. **Resposta a pergunta**: o que é esclarecimento. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

MATURANA, R., H. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

PACHECO, J. **Dicionário de valores**. São Paulo: Edições SM, 2012.

PIAGET, J. **Psicologia e pedagogia**. Rio de Janeiro, 1985.

REBOUL, O. **Filosofia da educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988.

VASQUEZ, A. **Ética**. 38. ed. Rio de Janeiro, 2018.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 4. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1991.